



Fundação de Previdência Complementar do  
Estado de São Paulo  
SP - PREVCOM

Conselho Fiscal  
Relatório de Controles Internos  
2º Semestre de 2016

23 de maio de 2017

Four handwritten signatures in blue ink are located at the bottom of the page. The signatures are stylized and appear to be in cursive.

## SUMÁRIO

1.	Introdução.....	1
2.	Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos .....	2
2.1.	Políticas de Investimentos para o exercício de 2016 .....	2
2.2.	Alocação .....	2
2.3.	Rentabilidade .....	4
2.4.	Custos com Gestão de Recursos.....	6
2.5.	Controle de Riscos de Investimentos.....	7
2.6.	Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal.....	8
2.7.	Manifestação do Conselho Fiscal .....	9
3.	Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	10
3.1.	Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI) .....	10
3.2.	Cobertura Patrimonial dos Planos.....	12
3.3.	Manifestação do Conselho Fiscal .....	13
4.	Acompanhamento da Execução Orçamentária .....	14
4.1.	Gestão Previdencial .....	14
4.1.1.	Da execução orçamentária das Adições .....	14
4.1.2.	Da execução orçamentária das Deduções .....	16
4.2.	Gestão Administrativa .....	17
4.2.1.	Da execução orçamentária das receitas administrativas.....	17
4.2.2.	Da execução orçamentária das despesas administrativas .....	18
4.2.3.	Acompanhamento dos indicadores de Gestão .....	19
4.3.	Investimentos .....	22
4.3.1.	Da execução orçamentária dos investimentos .....	22
4.4.	Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal.....	23
4.5.	Manifestação do Conselho Fiscal .....	25
5.	Investimentos em Ativo Permanente .....	26
5.1	Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal .....	26
6.	Controles Internos.....	28
6.1.	Recomendações e Manifestação do relatório anterior (1º semestre de 2016) 28	
6.3	Manifestação do Conselho Fiscal .....	30
7.	Processos de Certificação .....	31
7.1.	Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM.....	31
	Anexos .....	35



## 1. Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, representados por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2016.

Neste relatório, as informações referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)

As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.



## **2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos**

### **2.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 2016**

As Políticas de Investimentos segregadas por planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS, mantiveram os mesmos limites que já estavam em vigor, sem nenhuma alteração durante o segundo semestre de 2016. Tais políticas poderão ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal.

Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### **2.2. Alocação**

Conforme previsão no Estatuto, e nas Políticas de Investimentos, a Fundação optou pela manutenção da gestão terceirizada da administração dos recursos financeiros dos planos de benefícios.

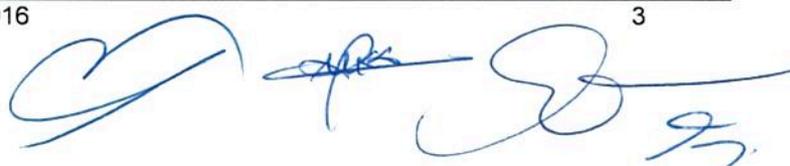
A gestão, custódia e a controladoria do Fundo da SP-PREVCOM permanecem sendo administradas pelo banco Itaú-Unibanco desde dezembro de 2015 até o fechamento deste semestre.

Foi disponibilizado pela Fundação o Regulamento do Fundo de Investimento (Anexo II), o qual rege a alocação dos recursos, bem como as lâminas de controle de risco e composição da carteira (Anexo III).

Abaixo, segue quadro da alocação dos recursos por segmento de aplicação, em conformidade com a Política de Investimentos e, a efetiva posição de fechamento do semestre, com base no Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM. (Anexo V):

Segmento de Alocação dos Recursos		Limite Res.3.792	Sublimite Res. 3.792	Limite Inferior	Ponto Ótimo	Limite Superior	Posição 2º Sem 2016
<b>1. Renda Fixa</b>		<b>100%</b>		<b>87%</b>	<b>92%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Títulos Púb	Títulos do Tesouro Nacional	100%	100%	60%	70%	100%	100%
Títulos Privados	Outros Ativos Renda Fixa (excluindo títulos públicos)	80%	80%	0%	14%	30%	0%
	CCB, CCCB e Notas Promissórias		20%		0%	5%	0%
	NCE e CCE		20%		0%	0%	0%
	FIDC e FIC FIDC		20%		0%	10%	0%
	CRI		20%		0%	5%	0%
	CCI		20%		0%	0%	0%
	CPR, CDCA, CRA e Warrant Agropecuário (WA)		20%		0%	0%	0%
	Demais títulos e valores mob. de emissão de cia aberta		20%		8%	10%	0%
<b>2. Renda Variável</b>		<b>70%</b>		<b>0%</b>	<b>6%</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>
Novo Mercado		70%	70%	0%	3%	10%	0%
Nível 2			60%				
Bovespa Mais			50%				
Nível 1			45%				
Demais companhias de capital aberto			35%				
e Índice Referenciado em ações admitidas à negociação em b			35%				
Títulos de emissão de SPE			20%				
Demais investimentos de renda variável			3%				
<b>3. Investimentos Estruturados</b>		<b>20%</b>		<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>
Fundos de Participações		20%	20%	0%	0%	0%	0%
Fundos de Empresas Emergentes			20%		0%	0%	0%
Fundos de Investimentos Imobiliário			10%		0%	0%	0%
FI ou FIC Multimercado			10%		2%	3%	0%
<b>4. Investimentos no Exterior</b>		<b>10%</b>		<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>
Ativos emitidos no exterior via FI constituídos no Brasil		10%	10%	0%	0%	0%	0%
FI e FIC Dívida Externa			10%		0%	0%	0%
FI de Índice estrangeiros negociados em bolsa no Brasil			10%		0%	0%	0%
Brazilian Depositary Receipts (BDR)			10%		0%	2%	2%
Ações de Cias sediadas no Mercosul			10%		0%	0%	0%
<b>5. Imóveis</b>		<b>8%</b>		<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Empreendimentos imobiliários		8%	8%	0%	0%	0%	0%
Imóveis para aluguel e renda			8%		0%	0%	0%
Outros imóveis			8%		0%	0%	0%
<b>6. Operações com Participantes</b>		<b>15%</b>		<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Empréstimos		15%	15%	0%	0%	0%	0%
Financiamentos Imobiliários			15%				

Observamos que o quadro da alocação dos recursos por seguimento de aplicação está em conformidade com a Política de Investimentos de 2016, no entanto o limite inferior e ponto ótimo referente a Renda Fixa e o ponto ótimo da Renda Variável estão em desacordo com as regras estabelecidas pela Resolução CMN 3792/2009.



### 2.3. Rentabilidade

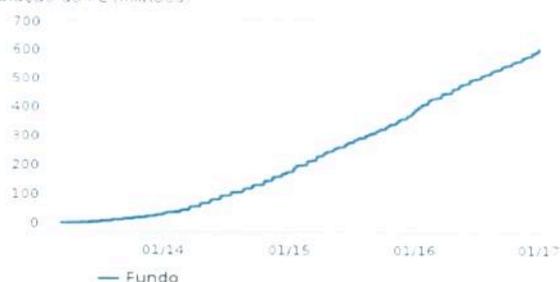
Conforme as Políticas de Investimentos dos Planos, a Fundação decidiu pela alocação de seus investimentos com retorno global de longo prazo e o índice de referência estabelecido é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 5,00% (cinco por cento) ao ano.

A rentabilidade apurada até a presente data denota amostragem temporal suficiente para avaliação de desempenho. A rentabilidade acumulada no semestre foi superior à rentabilidade meta de 4,31%, e o retorno real nesse período foi de 3,14%, descontada a inflação de 1,79%.

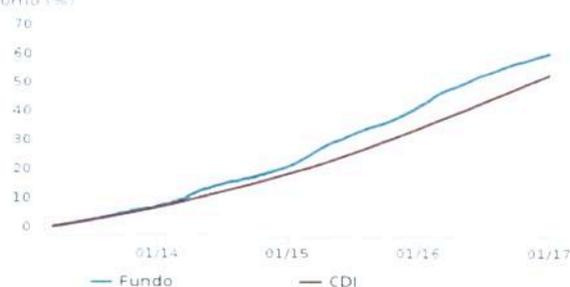
Período da Análise: 11/03/2013 a 30/12/2016. Retornos em %.

Ativo	Mês	Ano	12 m	24 m	No período	Nov 2016	Out 2016	Set 2016	Ago 2016	Jul 2016	Jun 2016	Mai 2016	Abr 2016	Mar 2016	Fev 2016	Jan 2016	Dez 2015
Fundo	0,74	13,22	13,31	32,60	60,24	0,73	0,60	0,82	1,11	0,89	1,14	1,24	0,93	1,21	1,62	1,46	1,65
CDI	1,12	14,00	14,06	29,14	52,63	1,04	1,05	1,11	1,21	1,11	1,16	1,11	1,05	1,16	1,00	1,05	1,16
Percent CDI	66,03	94,47	94,63	111,87	114,46	70,73	57,50	74,14	91,41	80,08	98,18	111,70	87,94	104,07	162,25	138,42	142,09
IBGE_IPCA	0,30	6,29	6,29	17,63	30,04	0,18	0,26	0,08	0,44	0,52	0,35	0,78	0,61	0,43	0,90	1,27	0,96
IPCAdp	0,30	6,29	6,33	17,67	30,44	0,18	0,26	0,08	0,44	0,52	0,35	0,78	0,61	0,43	0,90	1,27	0,96
IBGE_IPCA + 5%aa	0,73	11,58	11,60	29,64	56,61	0,57	0,65	0,49	0,89	0,93	0,78	1,19	1,00	0,86	1,27	1,66	1,39
IPCAdp+5%aa	0,73	11,58	11,65	29,69	57,08	0,57	0,65	0,49	0,89	0,93	0,78	1,19	1,00	0,86	1,27	1,66	1,39
ANBIMA_I MAB	2,91	24,81	24,90	35,98	40,21	-1,22	0,64	1,57	0,89	2,51	1,93	-0,10	3,93	5,31	2,26	1,91	1,52
POUPANCA	0,69	8,30	8,30	17,05	31,34	0,64	0,66	0,66	0,76	0,66	0,71	0,65	0,63	0,72	0,60	0,63	0,73

Evolução do PL (milhões)



Retorno (%)



Período	Rentabilidade Global Acumulada no Ano		
	Rentabilidade	Índice de Referência <sup>1</sup>	% do Índice de Referência
<b>2º semestre de 2014</b>	12,70%	11,73%	108,27%
<b>1º semestre de 2015</b>	9,01%	8,79%	102,50%
<b>2º semestre de 2015</b>	17,02%	16,21%	105,02%
<b>1º semestre de 2016</b>	7,84%	6,99%	112,08%
<b>2º semestre de 2016</b>	13,22%	11,60%	113,98%

1- Índice de Referência = IPCA + 5% a.a.



### Rentabilidade Acumulada 2016



### Segmento de Renda Fixa

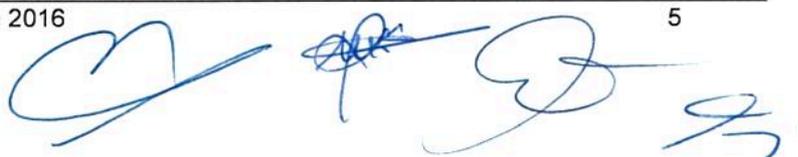
Quando observado o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação manteve a sua estratégia de alocação em ativos atrelados ao IPCA, quase totalmente em NTN-B. A aquisição destes papéis tem por objetivo colocar na carteira os vencimentos que oferecem as melhores taxas acima do IPCA.

Tendo em vista as incertezas que permeiam o cenário econômico e político atual do país, e a redução das taxas de juros dos títulos públicos federais, a Fundação mantém estudos de fluxo de ativos e passivos para realizar ajustes a eventuais descasamentos.

Período	Rentabilidade Renda Fixa Acumulada		
	Rentabilidade	Índice de Referência	p.p. em relação ao benchmarking
<b>2º semestre de 2014<sup>1</sup></b>	11,70%	14,10%	-2,40
<b>1º semestre de 2015<sup>2</sup></b>	9,01%	5,92%	3,09
<b>2º semestre de 2015<sup>2</sup></b>	17,02%	13,24%	3,78
<b>1º semestre de 2016<sup>2</sup></b>	7,84%	6,72%	1,12
<b>2º semestre de 2016<sup>2</sup></b>	13,22%	14,02%	-0,80

1-Índice de Referência = IMA-B

2-Índice de Referência = CDI



## Segmento de Renda Variável

Embora previsto nas suas Políticas de Investimentos, a Fundação preferiu adotar uma estratégia com perfil conservador e, conseqüentemente não fez aplicações no segmento de renda variável durante o período.

### 2.4. Custos com Gestão de Recursos

A atual estrutura de custos da administração dos recursos financeiros está relacionada à remuneração anual de 0,04% (quatro décimos) ao ano aplicado sobre o patrimônio Líquido do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Paulista FIQ"), administrado pelo Itaú-Unibanco S.A. e, rateada entre os diversos prestadores de serviços ao FUNDO, adicionados de taxas de administração de 0,12 (doze décimos) sobre o patrimônio líquido dos fundos de investimento cujas cotas são adquiridas do FI Bela Cintra e FI Haddock. São ainda deduzidas do Patrimônio dos Fundos as despesas relacionadas à taxa de fiscalização CVM, publicações em geral, sistemas de custódia (SELIC/CETIP), custos relacionados à auditoria, dentre outras.

### Estrutura de Investimentos

<b>PAULISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO</b>	
valor em R\$	605.478.853,72
qtde de quotas	377.862.309,97053
Valor da quota	1,602379
nº quotistas	1
resgate	"d" + 1
tx adm	0,04% a.a.

<b>BELA CINTRA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA</b>		<b>HADDOCK FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA</b>		<b>Itaú Verso A REF DI LP</b>	
valor em R\$	260.432.475,52	valor em R\$	341.185.962,04	valor em R\$	3.887.663,54
qtde de quotas	171.045.712,53806	qtde de quotas	267.636.831,62084	qtde de quotas	204.524,68721
Valor da quota	1,52258900	Valor da quota	1,274809	Valor da quota	19,00828500
resgate	"d" + 1	resgate	"d" + 1	resgate	"d" + 0
tx adm	0,12% a.a.	tx adm	0,12% a.a.	tx adm	não há
tx performance	não há	tx performance	não há	tx performance	não há



## Custos de Gestão

### FIC PAULISTA

Descrição	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Total
Taxa de Administração	19.105	12.727	15.279	14.409	15.811	17.205	16.943	19.200	18.104	17.717	18.194	20.631	205.325
CVM	2.262	2.149	2.488	2.190	2.300	2.409	2.229	2.441	2.229	2.226	2.226	2.448	27.599
Taxa Anbima		406	470	427	448	-427	427	458	418	438	438	438	3.939
Taxa Cetip	1.767	3.233	3.865	2.816	2.816	2.816	2.816	2.816	4.081	4.750	3.119	3.835	38.731
Auditoria Externa	343	326	378	343	361	378	361	464	473	450	450	495	4.824
Despesas de livros e atos societários	19	19	21	19	20	45	20	22	20	19	19	21	268
Correspondência e Relatório					3	4							7
Cartório	154	126											279
<b>TOTAL</b>	<b>23.650</b>	<b>18.985</b>	<b>22.502</b>	<b>20.206</b>	<b>21.760</b>	<b>22.429</b>	<b>22.797</b>	<b>25.402</b>	<b>25.325</b>	<b>25.600</b>	<b>24.447</b>	<b>27.869</b>	<b>280.971</b>

### BELA CINTRA

Descrição	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Total
Taxa de Administração	25.744	21.307	25.020	22.970	24.380	25.861	24.917	27.567	25.417	24.361	24.533	27.179	299.255
CVM	3.393	3.224	3.733	3.286	3.450	3.614	3.344	3.662	3.344	3.339	3.339	3.672	41.398
Taxa Anbima		326	377	343	360	-343	343	367	335	351	351	351	3.161
Taxa Cetip	595	1.054	530	595	632	650	635	617	656	654	636	634	7.889
Auditoria Externa	485	461	533	485	509	533	509	656	668	636	636	699	6.810
Despesas de livros e atos societários	19	19	21	19	20	45	20	22	20	19	19	21	268
Correspondência e Relatório		1	1	1	1	1	1	1	1	0	-1		7
Cartório	147	126											273
<b>TOTAL</b>	<b>30.383</b>	<b>26.515</b>	<b>30.216</b>	<b>27.698</b>	<b>29.352</b>	<b>30.362</b>	<b>29.769</b>	<b>32.893</b>	<b>30.441</b>	<b>29.360</b>	<b>29.513</b>	<b>32.557</b>	<b>359.061</b>

### HADDOCK

Descrição	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Total
Taxa de Administração	18.387	16.350	20.400	20.014	22.908	25.442	25.463	29.370	28.319	28.255	29.530	34.180	298.617
CVM	2.262	2.149	2.488	3.286	3.450	3.614	3.344	3.662	3.344	3.339	3.339	3.672	37.948
Taxa Anbima	0	326	377	343	360	359	343	367	335	351	351	351	3.864
Taxa Cetip	437	815	557	582	611	664	683	682	727	773	789	801	8.121
Auditoria Externa	485	461	533	485	509	533	509	656	668	636	636	699	6.810
Despesas de livros e atos societários	19	19	21	19	20	45	20	22	20	19	19	21	268
Correspondência e Relatório		1	1	1	1	1	1	1	1	0	-1		7
Cartório	154	126											279
<b>TOTAL</b>	<b>21.745</b>	<b>20.245</b>	<b>24.378</b>	<b>24.729</b>	<b>27.859</b>	<b>30.660</b>	<b>30.363</b>	<b>34.761</b>	<b>33.414</b>	<b>33.374</b>	<b>34.663</b>	<b>39.725</b>	<b>355.915</b>

## 2.5. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu para a Política de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo "Bela Cintra Fundo de Investimento" e "Haddock Fundo de Investimento Renda Fixa", que representam 99,36% do patrimônio dos recursos previdenciários, na categoria de títulos mantidos a vencimento. O controle de risco no segmento de renda fixa é feito através do cálculo do VAR (Value at Risk) paramétrico que representa a perda máxima esperada de um dia para uma carteira ou um ativo, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) com histórico de 21 dias. O limite de perda esperada máxima para um dia é de 3,5%.



Na segmentação de renda variável, não houve aplicação no segundo semestre de 2016. Em relação à exposição de risco de crédito, apesar de prevista na Política de Investimentos, não foi utilizada, dado que a carteira atual está concentrada em títulos públicos. Entretanto, conforme informações disponibilizadas pelo administrador/gestor, todos os ativos têm atribuição de *ratings* em escala nacional por agências internacionais de classificação de risco.

No que tange a liquidez, a diversificação da atual estrutura de investimentos estabelece a conversão das quotas em diferentes prazos, de forma a atender as obrigações da Fundação e o perfil do exigível atuarial dos seus planos de benefícios.

## 2.6. Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

### Comentários:

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados, identificou que 100% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Paulista FIQ, classificado como um fundo “Multimercado”. Conforme quadro exposto, no item 2.2, constatamos que a composição final dos ativos, para fins de enquadramento nos segmentos de aplicação, apresenta 100,00% em renda fixa, sendo 99,36% em títulos públicos e o restante em operações compromissadas com lastro em títulos públicos. Desta forma, os recursos estão aplicados de acordo com a Política de Investimentos.

A Fundação possui Políticas de Investimentos segregadas por planos, conforme estabelece o Art. 16 da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. Cabe observar que as Políticas de Investimentos de cada plano, referentes ao ano de 2017, foram aprovadas em 24 de novembro de 2016, respeitando o quanto disposto no § 2º do dispositivo acima mencionado.

Embora a Fundação tenha envidado esforços em cumprimento aos ditames legais, este Conselho verificou que ainda não foi atendida a recomendação oficiada nos Relatórios de Controle Interno de 2015 e do 1º semestre de 2016, referente à segregação das funções de gestão dos fundos. Ou seja, a SPPREVCOM ainda mantém a gestão dos recursos vinculada à mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria do Fundo, apesar de o art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.792/2009 estabelecer que: “Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos a segregação das funções de gestão, administração e custódia”.

### Recomendações do Conselho Fiscal:

Conforme exposto, a SPPREVCOM mantém a gestão dos recursos vinculada à mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria do Fundo, porém, o art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.792/2009 estabelece que: “Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos a segregação das funções de gestão, administração e custódia”. Diante disso, este



Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à segregação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo.

## 2.7. Manifestação do Conselho Fiscal

1. Este Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à segregação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo, nos termos acima descritos.
2. Diante das análises efetuadas, e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho observou que a Fundação SPPREVCOM, no 2º Semestre de 2016, teve as Políticas de Investimentos dos planos RG, RP e RG - UNIS aderentes à Resolução CMN nº 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, salvo o apontamento mencionado na recomendação.



### 3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

De acordo com o Inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal verificou a documentação disponibilizada pela Fundação para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, utilizadas no segundo semestre de 2016 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

#### 3.1. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI)

A aprovação dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG ocorreu em 21 de janeiro de 2013, através das Portarias nº 18 e nº 19, publicadas no D.O.U. O Plano de Benefício PREVCOM RG-UNIS ocorreu em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria nº 670, publicada no D.O.U.

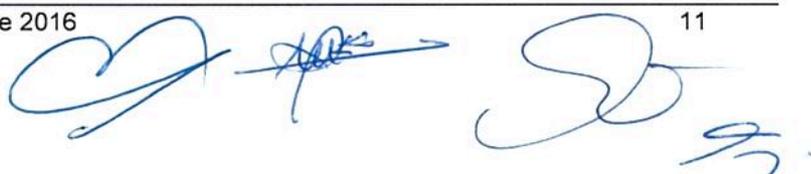
Com base nas Notas Técnicas atuariais preparadas pelo atuário dos planos, uma vez que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Para este, a tábua biométrica utilizada é AT2000, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Foi contratada uma seguradora para cobertura dos benefícios de risco, cuja autorização se deu através da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 31 de agosto de 2012, na qual o Diretor Presidente da Fundação comunicou aos conselheiros o envio da carta-convite para contratação da referida seguradora, com base na Resolução CGPC nº 10 de 30 de março de 2004. O termo de referência foi encaminhado em 20 de setembro de 2012, e após análise, foi escolhida a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 209, de 06 de novembro de 2012.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos - Anexo VIII e Relatório Gerencial – Anexo IX), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:

	CONSOLIDADO				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16	dez/16
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	196.890.318	289.431.485	402.944.718	508.115.076	617.047.366
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	696.972	2.141.739	2.065.489	4.385.527	5.755.519
	valores em R\$				
	PLANO RP				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16	dez/16
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	18.560.991	30.118.317	44.868.439	59.797.101	77.807.209
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	523.080	729.048	138.027	406.742	545.072
	valores em R\$				
	PLANO RG				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16	dez/16
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	93.593.272	123.625.960	163.148.979	200.232.023	243.027.773
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	171.877	603.848	955.545	1.809.226	2.272.654
	valores em R\$				
	PLANO RG-UNIS				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16	dez/16
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	84.736.055	135.687.208	194.927.300	248.085.951	296.212.384
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	2.015	808.843	971.917	2.169.559	2.937.793
	valores em R\$				



### 3.2. Cobertura Patrimonial dos Planos

Devido à natureza dos planos de benefícios (CD), que transformam as cotas individuais em nome de cada Participante em Fundos, verificamos que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

#### Cobertura Patrimonial dos Planos - Consolidado sem PGA

1º Semestre 2016		2º Semestre 2016	
<b>Ativo Total</b>	<b>515.529.139</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>626.283.435</b>
(-) Exigível Operacional	3.028.536	(-) Exigível Operacional	3.480.550
(-) Fundo Adm. e Previd.	4.385.527	(-) Fundo Adm. e Previd.	5.755.519
<b>Ativo Líquido</b>	<b>508.115.076</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>617.047.366</b>
(-) Provisões Matemáticas	508.115.076	(-) Provisões Matemáticas	617.047.366
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>

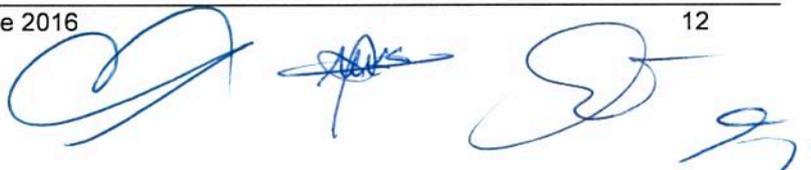
valores em R\$

PREVCOM RP 1º Semestre 2016		PREVCOM RP 2º Semestre 2016	
<b>Ativo Total</b>	<b>60.642.017</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>78.732.358</b>
(-) Exigível Operacional	438.174	(-) Exigível Operacional	380.076
(-) Fundo Adm. e Previd.	406.742	(-) Fundo Adm. e Previd.	545.072
<b>Ativo Líquido</b>	<b>59.797.101</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>77.807.209</b>
(-) Provisões Matemáticas	59.797.101	(-) Provisões Matemáticas	77.807.209
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>

valores em R\$

PREVCOM RG 1º Semestre 2016		PREVCOM RG 2º Semestre 2016	
<b>Ativo Total</b>	<b>203.686.865</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>247.426.745</b>
(-) Exigível Operacional	1.645.615	(-) Exigível Operacional	2.126.318
(-) Fundo Adm. e Previd.	1.809.226	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.272.654
<b>Ativo Líquido</b>	<b>200.232.023</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>243.027.773</b>
(-) Provisões Matemáticas	200.232.023	(-) Provisões Matemáticas	243.027.773
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>

valores em R\$



PREVCOM RG-UNIS	
1º Semestre 2016	
<b>Ativo Total</b>	<b>251.200.257</b>
(-) Exigível Operacional	944.747
(-) Fundo Adm. e Previd.	2.169.559
<b>Ativo Líquido</b>	<b>248.085.951</b>
(-) Provisões Matemáticas	248.085.951
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>

valores em R\$

PREVCOM RG-UNIS	
2º Semestre 2016	
<b>Ativo Total</b>	<b>300.124.332</b>
(-) Exigível Operacional	974.155
(-) Fundo Adm. e Previd.	2.937.793
<b>Ativo Líquido</b>	<b>296.212.384</b>
(-) Provisões Matemáticas	296.212.384
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>

valores em R\$

### 3.3. Manifestação do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adota a capitalização por cotas, não haverá manifestação acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que não são empregados na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte a definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica AT-2000, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.

Vale ressaltar que o saldo do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 605.478.628,13 não corresponderá com o valor R\$ 617.047.366,13 da Reserva Matemática dos participantes, devido a esta conter os valores de competência do mês de dezembro que só serão recebidos no dia 05 do próximo mês, mas que já são direito do participante.

#### 4. Acompanhamento da Execução Orçamentária

Conforme a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, parágrafo 1º do artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser elaborado pela Diretoria da Fundação, apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade se manifestar com relação à execução orçamentária, conforme inciso I do art. 19 da Resolução.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais mensais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise o relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que contempla as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

No tocante às receitas foram analisados os ingressos de recursos contemplando inclusive os aportes extraordinários pelo Patrocinador, que somaram R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) no semestre, correspondendo, em regime de caixa, a três aportes de R\$ 562.500,00 (quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) cada, em julho, agosto e setembro e um aporte de R\$ 512.500,00 (quinhentos e doze mil e quinhentos reais), em outubro, cujos recursos foram destinados ao custeio da Fundação. Tais aportes extraordinários subsistirão enquanto a taxa administrativa fixada, nos regulamentos ou respectivos Planos de Contribuição dos Benefícios Previdenciários, for insuficiente ao seu suprimento, conforme dispõe o inciso II, do art. 36, da lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu a SP PREVCOM. O Anexo VII corresponde ao Fluxo de Caixa, que apresenta os aportes extraordinários do Governo, entre outras informações.

#### 4.1. Gestão Previdencial

##### 4.1.1. Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, ativos facultativos e autopatrocinados<sup>1</sup> por meio de percentuais aplicados sobre o salário de participação mensal. São acrescidas às Adições a portabilidade<sup>2</sup> de entrada e a contribuição facultativa.

---

<sup>1</sup> Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de serem Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

<sup>2</sup> Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.



## Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no segundo semestre, 94,6% dos valores orçados.

Valores em R\$

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 1º Semestre 2016			Orçamento - 2º Semestre 2016		
		Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.1.1.1.01.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	37.043.857	36.269.100	97,9%	46.548.285	40.705.037	87,4%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	37.043.857	41.836.866	112,9%	46.548.285	46.847.564	100,6%
3.1.1.4.	Autopatrocínados	-	437.777	-	-	517.803	0,0%

Total de Contribuições	74.087.714	78.543.743	106,0%	93.096.570	88.070.403	94,6%
------------------------	------------	------------	--------	------------	------------	-------

Não foram elaboradas projeções aos autopatrocinados. No entanto, no segundo semestre tais contribuições somaram R\$ 517.803,00 (quinhentos e dezessete mil e oitocentos e três reais).

Valores em R\$

Orçamento		1º Semestre 2016			Orçamento - 2º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.1.1.3.01.01.0059	Contribuição Facultativa	-	766.520	-	1.800.000	2.775.673	154,2%
3.1.5.	Portabilidade (Entrada)	-	319.472	-	-	430.247	0,0%

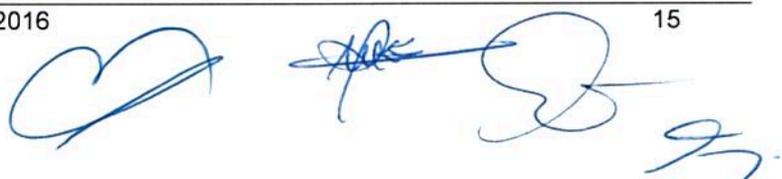
Total	-	1.085.992	-	-	3.205.921	0,0%
-------	---	-----------	---	---	-----------	------

Foi projetada uma Contribuição Facultativa de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) para o segundo semestre de 2016, cuja receita realizada foi de R\$ 2.775.673,00 (dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e setenta e três reais), correspondendo a 154,2% sobre o valor orçado. Não foram projetados no Orçamento de 2016, ingressos decorrentes de Portabilidade, no entanto a receita realizada no segundo semestre de 2016 foi de R\$ 430.247,00 (quatrocentos e trinta mil e duzentos e quarenta e sete reais).

A seguir, um panorama das perspectivas de adesões para a SP-PREVCOM:

A SP-PREVCOM encerrou 2016 com 19.960 participantes, o que significou um aumento de 1.691 novos ingressantes, 9,26 % superior ao ano anterior.

Apesar do forte cenário de instabilidade econômica e política, assim como a permanência das diretrizes do Governo do Estado de São Paulo para redução de gastos e adiamento de novas



contratações e concursos (Decretos nº 61.131/2015, 61.132/2015 e 61.466/2015) as adesões no segundo semestre 2016 foram superiores às do primeiro semestre, correspondendo respectivamente a 1.028 e 663 participantes.

Quando avaliamos sob a ótica de cada Plano de Benefício, verificamos que o Plano com maior número de adesões foi o Plano RG, com 759 novos participantes em decorrência da campanha realizada pela área de comunicação da SP-PREVCOM junto aos servidores da autarquia Centro Paula Souza, Fundação Seade, Junta Comercial, Hospital das Clínicas, seguido pelo Plano RP, com 209 ingressantes, resultante das reuniões técnicas realizadas junto aos RHs de órgãos como Tribunal de Contas do Estado (TCE/SP), Secretarias da Educação, de Administração Penitenciária, da Fazenda e, finalmente os 60 do Plano RG-UNIS, cuja crise financeira e o programa de demissão voluntária (PDV) impactaram o seu potencial de participação.

#### 4.1.2. Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias) e institutos (resgates de contribuições e portabilidades) no período.

#### Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

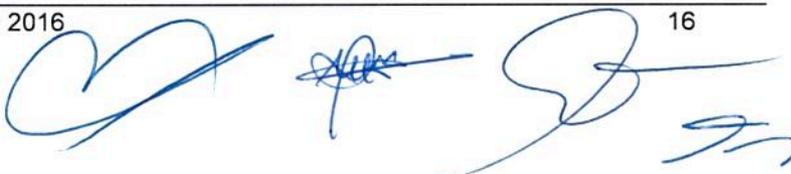
Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no segundo semestre foi de R\$ 1.659.299,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil e duzentos e noventa e nove reais) não sendo contemplados na projeção orçamentária os tipos de eventos de Resgate e Portabilidade (saída), devido à ausência de parâmetros legais.

Valores em R\$

Orçamento		1º Semestre 2016			Orçamento - 2º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	1.262.632	-	-	1.352.515	0,0%
3.2.3.2	Portabilidade (saída)	-	182.217	-	-	306.784	0,0%
Total de Deduções		-	1.444.849	-	-	1.659.299	0,0%

Em relação a Fundos de Risco (repasso mensal para a seguradora e/ou devolução de risco cancelado ou duplicado) foi justificada a ausência de orçamento em razão da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora contratada pela Fundação.

Valores em R\$



Orçamento		1º Semestre 2016			2º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.1.9.0304	Fundos de Risco	-	69.399	-	-	176.156	0,0%
3.2.9.1.0304	Fundos de Risco	-	(56.994)	-	-	18.315	0,0%
Líquido de Fundo de Risco		-	12.405	-	-	194.470	0,0%

## 4.2. Gestão Administrativa

### 4.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores “Correntes” da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 29/2009, compete ao Conselho Deliberativo – CD aprovar as fontes de custeio administrativo, observados os regulamentos dos planos de benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, as quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. A Diretoria Executiva - DE, ao elaborar o Plano de Gestão Administrativa – PGA, deverá definir indicadores de gestão, que deverão ser ratificados pelo Conselho Deliberativo - CD, que também fixará critérios qualitativos e quantitativos às despesas administrativas e metas para os indicadores de gestão a fim de possibilitar ao Conselho Fiscal - CF a avaliação objetiva das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal.

Estes valores são transferidos mensalmente por meio de lançamentos contábeis para a Gestão Administrativa de acordo com as normas de contabilização das EFPC's.

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV), constatamos que os valores executados no segundo semestre de 2016 correspondem a 85,9% das projeções para o período.



Valores em Reais

Orçamento		1º Semestre 2016			Orçamento - 2º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01.01.0055	Patrocinador	1.543.493	1.450.622	94,0%	1.939.510	1.862.927	96,1%
4.1.1.1.01.01.0284	Recursos Adicionais	3.375.000	4.550.000	134,8%	3.375.000	2.200.000	65,2%
4.1.1.1.03	Participantes	4.658.718	4.710.163	101,1%	5.798.451	5.482.071	94,5%
Total de Correntes		9.577.211	10.710.785	111,8%	11.112.961	9.544.998	85,9%

Permaneceu para o segundo semestre de 2016, a conjuntura econômica recessiva do país e, conseqüentemente se mantiveram vigentes os Decretos do Poder Executivo de nº 61.131, nº 61.132 em 2015 e nº 61.785 em 2016, que estabeleceram cortes orçamentários, suspensão de novas contratações e de concursos públicos, os quais impactaram significativamente sobre o desempenho das adições do exercício.

Em função desses fatores desfavoráveis, a Fundação alterou o percentual da taxa de carregamento de 5% para 4% e instituiu taxa de administração de 1% sobre o patrimônio do fundo, com vigência a partir de janeiro de 2016, o que contribuiu para que as contribuições dos participantes superassem o somatório das contribuições do patrocinador e dos aportes deste de caráter extraordinário.

#### 4.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicização de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei que a instituiu, Lei de nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 6º da Resolução CGPC de nº 29 de 31 de agosto de 2009, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas.

Foram objeto de análise deste item, os Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos (Anexo VIII), a Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior aos valores orçados, conforme quadro a seguir:



Valores em R\$

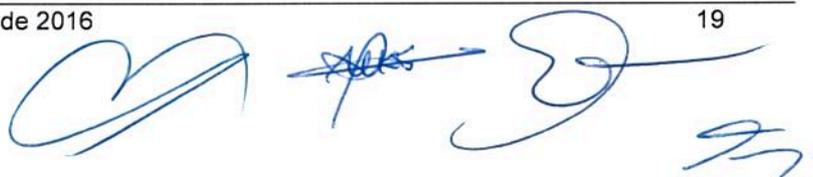
Orçamento		1º Semestre 2016			2º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	5.395.178	5.030.584	93,2%	5.395.178	5.463.925	101,3%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	32.730	2.670	8,2%	72.770	13.851	19,0%
4.2.1.1.03	Viagens e Estadias	66.996	3.349	5,0%	67.004	20.320	30,3%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	1.994.695	1.431.136	71,7%	2.014.072	1.384.234	68,7%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais - Comuns	2.541.602	2.288.145	90,0%	2.696.620	1.873.879	69,5%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	102.000	89.744	88,0%	102.000	76.269	74,8%
4.2.1.1.07	Tributos	164.892	211.698	128,4%	164.892	106.896	64,8%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	42.200	3.223	7,6%	-	2.592	0,0%
4.2.1.2.05	Despesas Gerais - Específicas	13.186	12.494	94,8%	18.690	18.020	96,4%
4.2.1.2.07	Tributos (PIS/COFINS sobre Contr. dos patrocinadores/participantes)	302.822	286.984	94,8%	377.804	342.852	90,7%
4.2.2.1.04	Serviços de Terceiros (Administração dos Investimentos - CETIP)	39.996	8.754	21,9%	40.004	8.100	20,2%
4.2.2.1.07	TRIBUTOS (PIS/COFINS sobre Rendimento dos Investimentos Administrativos)	2.083	2.594	124,5%	2.052	5.398	263,1%
<b>Total de Despesas</b>		<b>10.698.379</b>	<b>9.371.375</b>	<b>87,6%</b>	<b>10.951.085</b>	<b>9.316.338</b>	<b>85,1%</b>

A queda na projeção de adesões e a manutenção da adoção de medidas voltadas ao corte de despesas, decorrentes dos Decretos elencados no item 4.1.1, resultou na execução orçamentária abaixo das despesas estimadas (85,1%), conforme quadro apresentado.

Ressalte-se que, de acordo com parágrafos 1º e 2º do art. 3º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA 2017, as despesas administrativas são geridas de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio proporcional às respectivas receitas originárias das taxas de carregamento, de administração e, de aportes adicionais do patrocinador registrados em atendimento ao previsto no item II do art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

#### 4.2.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

Em atendimento à Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar passaram a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.



Desta forma, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente estabelece em seu art. 19 os seguintes indicadores de gestão:

I - **Despesas com os investimentos por recursos garantidores**<sup>3</sup> - razão entre as despesas de investimentos realizadas no exercício e o total dos recursos garantidores no último dia do período.

Semestre/Ano	Despesas Investimentos (R\$)	Recursos Garantidores (R\$)	%
1º Semestre/2013	1.775	7.681.413	0,02%
2º Semestre/2013	8.599	37.592.560	0,02%
<b>Consolidado 2013</b>	<b>10.373</b>	<b>37.592.560</b>	<b>0,03%</b>
1º Semestre/2014	56.274	106.408.672	0,05%
2º Semestre/2014	139.830	196.890.318	0,07%
<b>Consolidado 2014</b>	<b>196.104</b>	<b>196.890.318</b>	<b>0,10%</b>
1º Semestre/2015	266.255	289.431.485	0,09%
2º Semestre/2015	493.865	402.944.718	0,12%
<b>Consolidado 2015</b>	<b>760.120</b>	<b>402.944.718</b>	<b>0,19%</b>
1º Semestre/2016	453.674	508.115.076	0,09%
2º Semestre/2016	542.273	617.047.366	0,09%
<b>Consolidado 2016</b>	<b>995.947</b>	<b>617.047.366</b>	<b>0,16%</b>

O indicador mostrou-se crescente até o final de 2015, ou seja a despesa aumentou em proporção superior ao crescimento dos recursos garantidores dos Fundos. Em 2016 o indicador sofreu uma leve queda em decorrência da redução da taxa de administração, com a troca do gestor fundo em dezembro de 2015.

O Conselho Fiscal recomendou no Relatório de Controle Interno do 1º Semestre de 2016 que o parâmetro do indicador I, estabelecido pelo art. 19 do Regulamento, precisamente o total de recursos garantidores no último dia do exercício fosse substituído pelo saldo médio dos recursos garantidores do período analisado e, a sua recomendação foi acatada pelo Conselho Deliberativo para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de 2017, conforme a Deliberação de nº 02/2016, de 08/12/2016 do Conselho Deliberativo, o qual aprovou o Regulamento do PGA de 2017.

<sup>3</sup> O indicador foi recalculado desde 2013 para conter as despesas com os investimentos dos Fundos Haddock e Bela Cintra, além das despesas com o FIC Paulista.



Devido à instituição da taxa de administração de 1% sobre o patrimônio do fundo, com vigência a partir de janeiro de 2016, para compor a fonte de custeio da Fundação, esse Conselho recomenda a inclusão de novo indicador, para o PGA de 2017, que faça a medição das despesas administrativas em relação aos recursos garantidores, de modo a aferir a eficiência da entidade na gestão de seus recursos.

II - **Despesas por participante** - razão entre o somatório das Despesas Administrativas previdenciais e de investimentos e o número de participantes dos planos de benefícios.

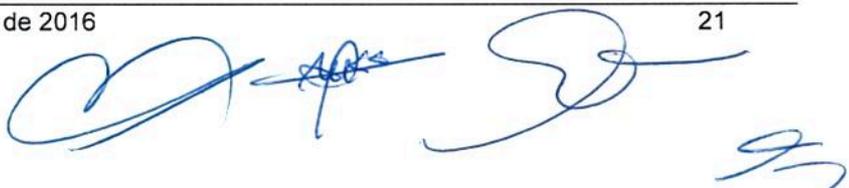
Período	Despesas (R\$)	Nº de Participantes	Despesa por participante (R\$)
1º semestre/2013	8.749.284	3.362	2.602
2º semestre/2013	7.964.453	6.393	1.246
1º semestre/2014	8.973.721	14.190	632
2º semestre/2014	9.687.234	16.125	601
1º semestre/2015	9.633.906	17.055	565
2º semestre/2015	8.286.595	18.269	454
1º semestre/2016	9.371.375	18.932	495
2º semestre/2016	9.316.338	19.960	467

O indicador demonstra variação das despesas incorridas per capita, dado que o número de participantes tem variado e há um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, tais como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, que são constantes até determinado patamar de incremento de novos participantes (“ganho de escala”).

Em 2016 tivemos o ingresso de 1.691 novos participantes, sendo 663 no primeiro semestre e 1.028 no segundo semestre. O ingresso maior no segundo semestre, em função das campanhas da área de comunicação, associado aos efeitos dos Decretos elencados no item 4.1.1, que induziu a SP PREVCOM promover junto aos contratados a renegociação dos valores e das condições contratuais firmadas vigentes, o que resultou numa leve queda na despesa por participante.

No entanto, para melhor aferição desse indicador, esse Conselho recomenda a alteração do parâmetro número de participantes para número médio de participantes do período analisado e a inclusão de outro indicador, que acompanhe o percentual de cada fonte de custeio em relação ao total das despesas administrativas.

III - **Despesas administrativas da SP-PREVCOM** - razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício.



Período	Orçado	Realizado	% Execução
<b>Consolidado 2013</b>	<b>21.910.305</b>	<b>16.713.737</b>	<b>76,30%</b>
<b>Consolidado 2014</b>	<b>22.229.133</b>	<b>18.522.199</b>	<b>83,30%</b>
<b>Consolidado 2015</b>	<b>22.004.190</b>	<b>17.920.501</b>	<b>81,40%</b>
<b>1º Sem 2016</b>	<b>10.698.379</b>	<b>9.371.375</b>	<b>87,60%</b>
<b>jul/16</b>	1.806.864	1.502.436	83,20%
<b>ago/16</b>	1.807.435	1.547.753	85,60%
<b>set/16</b>	1.820.858	1.537.931	84,50%
<b>out/16</b>	1.853.349	1.508.724	81,40%
<b>nov/16</b>	1.815.910	1.502.563	82,70%
<b>dez/16</b>	1.846.669	1.716.931	93,00%
<b>2º Sem 2016</b>	<b>10.951.085</b>	<b>9.316.338</b>	<b>85,10%</b>
<b>Consolidado 2016</b>	<b>21.649.464</b>	<b>18.687.713</b>	<b>86,30%</b>

Com base nas informações da tabela acima, constatamos que os valores executados no segundo semestre de 2016 foram inferiores às projeções orçadas, em razão dos motivos expostos no item 4.2.2. Nota-se que em dezembro de 2016 houve aumento no indicador, por ser um mês atípico, em que são pagos o 13º salário, férias e, além das despesas com consultoria jurídica previdenciária, todas elas foram significativamente superiores ao valor projetado enquanto que nos demais meses o indicador apresentou uma tendência de estabilidade nos percentuais do segundo semestre de 2016.

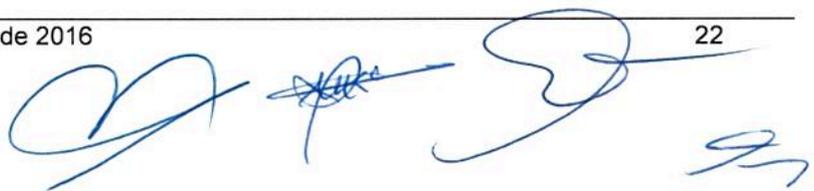
A fim de evitar descasamentos significativos como o ocorrido, o Conselho Fiscal recomenda à Diretoria Executiva - DE observar a atipicidade do mês de dezembro na elaboração do Orçamento Anual de Despesas Administrativas - OADA e, caso seja necessário ajustar os valores das despesas projetadas para o PGA 2017, bem como, alterar o fluxo dos valores mensais projetados a cada rubrica (remanejamento orçamentário) contemplada no OADA, desde que não haja alteração do valor total anual projetado para cada uma delas, que o faça conforme as regras estabelecidas pelo art. 33 do Regulamento vigente, ou seja, com a devida ciência e aprovação do Conselho Deliberativo, uma vez que foram observados nesse exercício a realocação do fluxo projetado para algumas rubricas de despesas.

### 4.3. Investimentos

#### 4.3.1. Da execução orçamentária dos investimentos

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras da Entidade, as quais são transferidas a:

- Gestão Previdencial - para a constituição das Provisões Atuariais; e
- Gestão Administrativa - para constituição do Fundo Administrativo.



Como não foi incluído no orçamento da Fundação a projeção de receitas e despesas advindas dos investimentos dos recursos previdenciais e administrativos, este item não é aplicável.

#### 4.4. Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

##### Comentários do Conselho Fiscal

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do Orçamento Anual das Despesas Administrativas - OADA da Fundação, somadas às iniciativas e adequação desta ao cenário econômico e político de instabilidade, o Conselho Fiscal julga razoáveis os atuais níveis de aderência da sua execução.

Entretanto, as reduções de custo promovidas até então não foram suficientes ao equilíbrio econômico e financeiro da Fundação sem considerar os aportes adicionais do patrocinador, conforme no Relatório Gerencial (Anexo IX), bem como, a SP PREVCOM deverá observar a partir de 2018, os limites para cobertura de despesas administrativas, estabelecidos pelo art. 6º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC de nº 29/2009.

Frente a esses fatos, a fim de atingir a sua autossustentabilidade financeira a Fundação primordialmente deverá fomentar a adesão de novos participantes e, conseqüentemente o incremento de suas receitas, principalmente com a aprovação do Projeto de Lei nº 800/2016, em 21/12/2016, que alterou a lei que institui a SP-PREVCOM, Lei de nº 14.653/2011, ao ampliar a adesão da SP-PREVCOM a outros entes da Federação, inclusive de suas autarquias e fundações, desde que, autorizados por lei do respectivo ente interessado.

Também estendeu aos servidores efetivos e de cargos comissionados, de todos os Poderes e das autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até o dia anterior à data de início de vigência do regime de previdência complementar, a possibilidade de participação nos planos de benefícios administrados pela Fundação, sem a contrapartida do Estado.

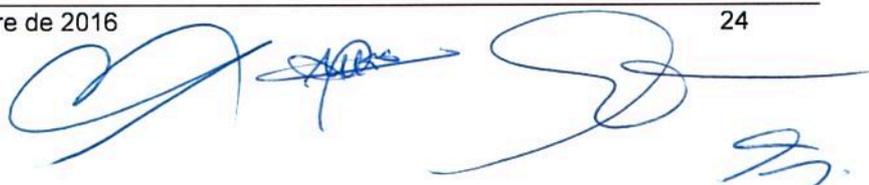
Quanto ao atendimento dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29/2009, a SP PREVCOM deverá manter ações contínuas quanto à otimização das despesas administrativas, mas sempre com observância a não comprometer os projetos referentes às melhorias necessárias para saneamento dos riscos, principalmente os de maior impacto, mapeados e identificados pela consultoria Risk Office.

##### Recomendações do Conselho Fiscal

Este colegiado sob os preceitos que regem suas atribuições recomenda:



1. Fomentar as medidas que se traduzam em incremento de receitas, no sentido de garantir o equilíbrio econômico e a independência financeira da Fundação, mediante incentivo a novas adesões, portabilidades de entrada, auto patrocínio, contribuições facultativas;
2. Para que o Conselho Fiscal possa incorporar em suas manifestações a avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de gestão de despesas administrativas, conforme estabelece o art. 12 da Resolução CGPC de nº 29/2009, reiteramos a recomendação dos Relatórios de 2015 e 1º semestre de 2016, para que o Conselho Deliberativo apresente tais metas, bem como seus limites e critérios quantitativos e qualitativos, de acordo com o previsto no artigo 4º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e conforme já determinado nos Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014;
3. No tocante ao item 4.2.2, referente à execução orçamentária das despesas administrativas, o colegiado recomenda que a Fundação observe:
  - a) os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei que a instituiu, Lei de nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que trata de sua natureza pública;
  - b) os limites para cobertura das Despesas Administrativas estabelecidos pelo art. 6º da Resolução CGPC de nº 29/2009.
4. Para melhor exercer a suas atribuições, estabelecidas pelo art. 59 do Estatuto Social da SP-PREVCOM:
  - a) no tocante ao exercício do controle interno, esse colegiado recomenda o retorno dos Relatórios de Controles Internos elaborados pelo Comitê de Controles Internos, independentemente da conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela consultoria Risk Office, de modo que os conselheiros possam ter ciência das irregularidades em detalhes e, sugerir medidas saneadoras ao CD em tempo hábil;
  - b) no tocante aos assuntos de natureza econômico-financeira e contábil, os conselheiros recomendam que seja realizado o alinhamento das rubricas de despesas do PGA vigente e posteriores, com as rubricas de despesas projetadas e realizadas dos demonstrativos contábeis (“de para” das contas contábeis do PGA com os demonstrativos contábeis);
  - c) Em caso de necessidade de ajuste dos valores das despesas projetadas para o PGA de 2017, bem como alteração do fluxo dos valores mensais projetados a cada rubrica (remanejamento orçamentário), que o façam mediante prévia ciência e aprovação do CD, conforme estabelece o art. 33 do Regulamento vigente.
5. Para maior eficiência no acompanhamento do indicador de gestão II, referente à despesa administrativa por participante, o colegiado recomenda a alteração do parâmetro número total de participantes pelo número médio de participantes;



6. Devido à instituição da taxa de administração de 1% sobre o patrimônio do fundo, com vigência a partir de janeiro de 2016, para compor a fonte de custeio da Fundação, bem como, para maior eficácia e efetividade do item 4.2.3, que trata do acompanhamento dos indicadores de Gestão, o colegiado aconselha a inclusão de dois novos indicadores para o PGA de 2017 e posteriores, com o objetivo de acompanhar:

- a) As despesas administrativas em relação aos recursos garantidores, de modo a aferir a eficiência da entidade na gestão de seus recursos;
- b) Os percentuais resultantes da divisão da taxa de carregamento, da taxa de administração e dos aportes extraordinários pelo total das despesas;

7. Manter o site e canais de comunicação da SP PREVCOM atualizados quanto às alterações normativas e legais e, que seja preservado o acervo quanto às legislações e normativos revogados para consulta.

8. Para maior transparência das informações e melhor acompanhamento do colegiado, esse sugere a inclusão nos relatórios gerenciais mensais de quadros sobre os resgates, portabilidades e pagamento de benefícios.

9. Este Conselho verificou que o Fundo Coletivo, constituído pelas transferências dos saldos remanescentes nas contas individuais dos participantes que se desvincularam dos planos, apresenta em dezembro de 2016 o saldo de R\$ 3,914 milhões. Tendo em vista que o art. 46, § 2º dos regulamentos dos Planos, que trata da destinação para cobertura de insuficiências dos Fundos, não se aplica à modalidade de contribuição definida, este colegiado recomenda ao Conselho Deliberativo a integração destes valores ao patrimônio de cada fundo, mediante prévio parecer atuarial, nos termos do referido artigo.

#### **4.5. Manifestação do Conselho Fiscal**

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que a Fundação envide esforços em atendimento às recomendações, embora o grau de detalhamento do orçamento se apresente adequado à atual fase operacional, ao porte e à complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM.

## 5. Investimentos em Ativo Permanente

No segundo semestre o Conselho continuou a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação, que estão disponibilizados a seguir:

### Orçado x Realizado

O valor orçado para o Exercício de 2016 foi de R\$ 188.450,00 (cento e oitenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais). O valor realizado no segundo semestre foi de R\$ 40.439,50 (quarenta mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), representando 144,4% do valor inicialmente orçado no semestre de R\$ 28.004,00 (vinte e oito mil e quatro reais). No entanto, foi realizado apenas 27,6% do total orçado no período de 2016, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Fundação de Previdência Complementar Estado SP - SP-PRECOM  
 C.N.P.J.: 15.401.381/0001-98  
 Orçamento PGA Consolidado  
 Mês de referência: 2º semestre de 2016

#### Investimento em ativo permanente Aquisições em 2016

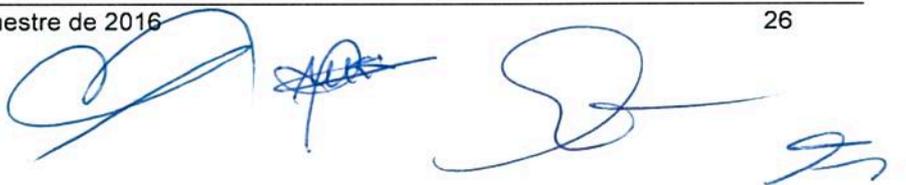
Exercício de 2016					
Meses	Descrição	Semestre de referência	Total no 1º semestre	Total no 2º semestre	Total no Exercício
Ativos Orçados (geral)	Orçado - valores em R\$		R\$ 160.446,00	R\$ 28.004,00	R\$ 188.450,00
Ativos Adquiridos (Realizados)	Realizado - valores em R\$		R\$ 11.636,50	R\$ 40.439,50	R\$ 52.076,00
Descrição do Item adquirido	Descrição dos produtos/bens	Produtos Adquiridos no semestre de referência: 5) Stand Alone Intelbrás 4 Canais - HDCV11004 (R\$ 390,00); 6) Nobreak NET 4 1400BI 115 (R\$ 780,00); 7) Servidor HP DL385P GEN8 (R\$ 20.800,00); 8) Servidor de Armazenamento (Storage) HP DL 385 4Tb SAS, Intel Xeon E-5, Rack 2U (R\$ 15.950,00); 9) Aquisição de Stand Alone Intelbrás 4 canais ADCV11004 R\$ 2.519,50.			
Variação % entre Orçado e Realizado	% de variação entre Orçado e Realizado		7,3%	144,4%	27,6%

As principais aquisições do semestre foram referentes a investimentos em informática, em software.

## 5.1 Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

### Comentários do Conselho Fiscal

Baseado nas demonstrações contábeis, financeiras e demais documentos disponibilizados pela SP PREVCOM, esse Conselho verificou que os valores realizados no segundo semestre em investimento em ativo permanente superaram os valores orçados para o período, em 144,4%, no



entanto ao avaliarmos o exercício de 2016, constatamos que a aquisição em ativo permanente ficou bem abaixo dos valores projetados, apenas 27,6%.

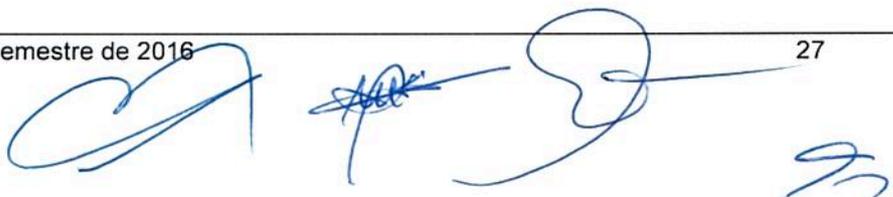
Em função do aumento de adesões decorrentes da alteração da Lei da SP PREVCOM e também dos impactos da Reforma Previdenciária em andamento no Congresso Nacional sobre área de previdência complementar, recomendamos que a Diretoria de TI aplique no mínimo, os valores projetados para ativo permanente, principalmente em suporte logístico e sistemas, no intuito de se preparar para atender, com eficiência, eficácia e efetividade às futuras demandas, bem como, minimizar os riscos mapeados pela Risk Office.

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

Verificamos que a Fundação permanece atenta ao art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, quanto à investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria do Diretor Presidente, de 13/05/2016, publicada no Diário Oficial do Estado em 2105/2016, no qual atualiza a composição e vigência da Comissão Permanente de Licitação da SP-PREVCOM

### **Recomendação do Conselho Fiscal**

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 para aquisições que atendam a atividade meio da Fundação.



## 6. Controles Internos

### 6.1. Recomendações e Manifestação do relatório anterior (1º semestre de 2016)

No Relatório de Controles Internos, referente ao primeiro semestre de 2016 foram feitas as seguintes recomendações:

#### Recomendações

Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado;

Implementação dos Planos de Ação nos prazos estabelecidos e, acompanhamento e mensuração dos resultados.

Para fins de transparência, esse Conselho reitera à importância de se manter atualizada toda a legislação previdenciária, inclusive às revogadas, para fins de acompanhamento da gestão da Fundação, quanto ao seu histórico, evolução e adequação legal.

#### Comentários da Administração:

Foi dada a continuidade ao processo de autoavaliação de riscos e ambiente de controles internos na SP-PREVCOM, conforme termo contratual de nº 02/2015, assinado em 29/01/2015 com a empresa Risk Office S.A.

Com base nos planos de ação identificados pelo Comitê de Controle Interno e Gestão de Riscos, relativos ao 1º. Ciclo de autoavaliação de controle interno e gestão de riscos, no mês agosto foram aprovados pela diretoria executiva os seguintes planos de ação:

Plano de Ação 1:

Categoria de Risco: Atuarial

Tipo de Risco: Risco de Cadastro

Ação: Elaboração de Norma de Gestão de Cadastro

Prazo de Implementação: dezembro/2016

Este plano de ação foi concluído com a definição dos itens mínimos necessários para o cadastro bem como os procedimentos os procedimentos para validação dos dados, etc.

Plano de Ação 2:

Categoria de Risco: Legal

Tipo de Risco: Risco Tributário

Ação: Adotar práticas de Conformidade Externa

Prazo de Implementação: dezembro/2016

Este plano de ação encontra-se na fase de teste a utilização do calendário de obrigações institucionais da ABRAPP no sistema da Risk Office. A continuidade de acompanhamento



deste plano de ação permite o acompanhamento da legislação previdenciária, sua evolução e adequação legal, conforme recomendação apresentada no primeiro semestre de 2016 pelo Conselho Fiscal.

Plano de Ação 3:

Categoria de Risco: Operacional

Tipo de Risco: Concepção de Processos

Ação: Atualizar o Código de Ética

Prazo de Implementação: agosto/2016

Este plano de ação foi concluído mediante elaboração do Regulamento de Atribuições contendo as respectivas responsabilidades das áreas.

Plano de Ação 4:

Categoria de Risco: Fraude

Tipo de Risco: Fraude

Ação: Adotar práticas de Gestão de Processos

Prazo de Implementação: dezembro/2016

Este plano de ação foi concluído com a elaboração do Termo de Concordância ao Código de Ética com a respectiva assinatura dos funcionários.

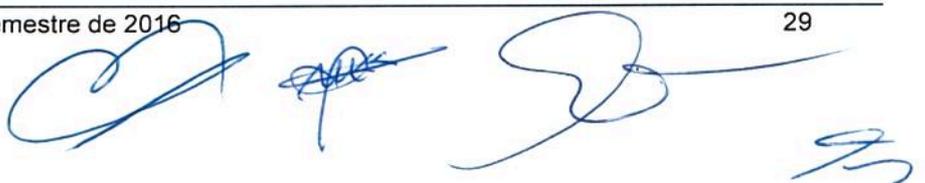
No mês de setembro foi aprovado o cronograma do 2º. Ciclo de autoavaliação de controle interno e gestão de riscos e, em continuidade no mês de outubro a Risk Office deu o treinamento para uso do sistema ao processo de gestão de riscos deste ciclo e fez revisão dos riscos apontados pelos gestores.

No mês de novembro demos continuidade a revisão mediante ajustes dos riscos no sistema e em dezembro iniciamos as respostas aos questionários de boas práticas de controle.

## 6.2 Comentários e recomendações do Conselho Fiscal

Verificamos que dos quatro planos de ação recomendados pelo Conselho Fiscal, três deles estão concluídos nos prazos especificados. Planos de Ação 1, 3 e 4, respectivamente das categorias de risco atuarial, operacional e fraude. Resta ainda a conclusão do Plano de Ação 2 cuja categoria de risco tem a finalidade de verificar a adoção de práticas de conformidade externa. A finalidade desse plano de ação é evitar riscos na formação de passivo tributário, montantes que podem significar consideráveis danos aos interessados, quais sejam os servidores que aderiram à previdência complementar administrada por essa Fundação.

Apesar do apontamento da conclusão do plano de ação 1, ficou constatado pela Auditoria Externa que ainda existem falhas cadastrais a serem corrigidas.

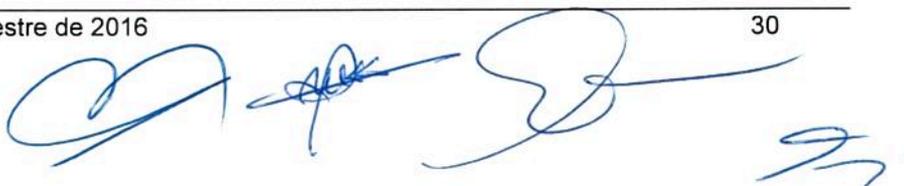


Este Conselho recomenda:

1. A implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado.
2. Implementação dos Planos de Ação nos prazos estabelecidos, acompanhamento e mensuração dos resultados.
3. Para fins de transparência, esse Conselho reitera à importância de se manter atualizada toda a legislação previdenciária, inclusive às revogadas, para fins de acompanhamento da gestão da Fundação, quanto ao seu histórico, evolução e adequação legal.
4. Retorno das reuniões periódicas do Comitê de Controles Internos e Gestão de Risco, com envio das atas a este Conselho para ciência das ações e problemas que possam ocorrer.

### 6.3 Manifestação do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos, dos quais julgou adaptados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data, ressaltando que as recomendações descritas nesse Relatório sejam apropriadas em 2017.



## 7. Processos de Certificação

### 7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM

As Instruções PREVIC nº 28, de 12 de maio de 2016, nº 30, de 22 de junho de 2016 e nº 35, de 2 de dezembro de 2016 estabeleceram procedimentos para a certificação, habilitação e qualificação dos membros da diretoria-executiva, do conselho deliberativo, do conselho fiscal e dos demais profissionais de que trata a Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015. As resoluções dispõem que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

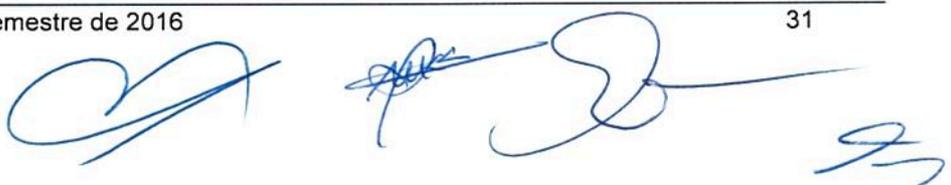
Conforme Art. 8º, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria permanece a seguinte, no segundo semestre:

Conselho Deliberativo: 6 (seis) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes – todos os membros titulares e suplentes estão certificados, conforme demonstrado:

Nome	Titular Suplente	Eleito/ indicado	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão da Habilitação	Validade Habilitação	Nº do Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
José Roberto de Moraes	Titular	Indicado	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.3.0138	14.09.2016	19.11.2017	EA 03416	19.11.2014	19.11.2017
Fernando Zanelli	Suplente	Indicado	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.1.0144	14.09.2016	09.01.2018	EA 03600	09.01.2015	09.01.2018
Antonio Fazzani Bina	Titular	Indicado	complementar	21.05.2015 Ata nº 38	03.04.2018	2016.1.0139	14.09.2016	03.04.2018	EA 03918	30.07.2015	30.07.2018
Jorge Luiz Avila da Silva	Suplente	Indicado	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.1.0146	14.09.2016	03.04.2018	EA 04371	25.02.2016	25.02.2019
Elio Lourenço Bolzani	Titular	Eleito	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.1.0140	14.09.2016	06.11.2017	EA 03377	06.11.2014	06.11.2017
Neide Saraceni Hahn	Titular	Eleita	4 anos	04.04.2016 Ata Extra nº 23	04.04.2020	2016.1.0141	14.09.2016	20.10.2017	EA 03313	20.10.2014	20.10.2017
Carmem F. Souza Fernandes Costa	Suplente	Eleita	4 anos	04.04.2016 Ata Extra nº 23	04.04.2020	2016.1.0143	14.09.2016	22.12.2017	EA 03546	22.12.2014	22.12.2017
Paulo Rafael Minetto Maceta	Titular	Eleito	4 anos	04.04.2016 Ata Extra nº 23	04.04.2020	2016.1.0142	14.09.2016	26.05.2017	EA 03039	26.05.2014	26.05.2017
Filipe Camargo Barwich	Suplente	Eleito	4 anos	04.04.2016 Ata Extra nº 23	04.04.2020	2016.1.0145	14.09.2016	02.02.2018	PA 03680	02.02.2015	02.02.2018
Rubens Peruzin	Titular	Indicado	4 anos	28.07.2016 Ata nº 52	28.07.2020	2016.1.0083	19.08.2016	16.10.2017	EA 03294	16.10.2014	16.10.2017
Jarbas Augusto Pinto	Suplente	Indicado	4 anos	28.07.2016 Ata nº 52	28.07.2020	2016.1.0082	19.08.2016	28.07.2017	*		

\* (prazo de entrega de até um ano da data da posse)



Conselho Fiscal: 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes - todos os membros titulares e suplentes estão certificados:

Nome	Titular suplente	Eleito Indicado	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão da Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
Elaine Cristina Eder	Titular	Eleita	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.3.0148	14.09.2016	23.12.2017	EA 03573	23.12.2014	23.12.2017
Vanessa Mª C. Freire Tascheto	Suplente	Eleita	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.3.0150	14.09.2016	05.09.2017	EA 03192	05.09.2014	05.09.2017
Nivaldo Manêa Bianchi	Titular	Indicado	4 anos	27.10.2016 Ata nº 55	28.07.2020	2016.3.1066	07.11.2016	27.10.2017	EA 05737	30.01.2017	30.01.2020
Rosilene Aparecida Cheron Gentile	Suplente	Indicada	4 anos	27.10.2016 Ata nº 55	28.07.2020	2016.3.1431	29.11.2016	27.10.2017	*		
Rosana Mítico Kitazume Kaneko	Titular	Indicada	4 anos	03.04.2014 Ata nº 1 - conjunta	03.04.2018	2016.3.0149	14.09.2016	16.01.2018	PA 03637	16.01.2015	16.01.2018
Gustavo D'Ambrósio Arounian	Suplente	Indicado	complementar	28.07.2016 Ata nº 52	03.04.2018	2016.3.0119	29.08.2016	28.07.2017	*		
Tiago José Kich Temperani	Titular	Eleito	4 anos	04.04.2016 Ata Extra nº 23	04.04.2020	2016.3.0919	29.11.2016	13.10.2019	PA 05355	13.10.2016	13.10.2019
Jônatas Dell Ducas	Suplente	Eleito	4 anos	04.04.2016 Ata Extra nº 23	04.04.2020	2016.3.0920	01.11.2016	04.04.2017	*		

\* (prazo de entrega de até um ano da data da posse)

Diretoria Executiva: 1 (um) Diretor Presidente acumulando AETQ e 3 (três) Diretores, todos certificados:

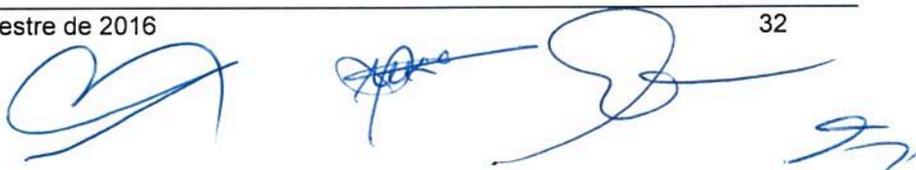
Nome	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão da Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
Carlos Henrique Flory	4 anos	14.06.2016** Ata Extra nº 24	04.04.2020	2016.2.0047	01.08.2016	07.06.2018	EI 01764	07.06.2015	07.06.2018
Karina Damião Hirano	4 anos	14.06.2016** Ata Extra nº 24	04.04.2020	2016.2.0048	01.08.2016	29.04.2017	EA 03003	29.04.2014	29.04.2017
Karina Marçon Spechoto Leite	4 anos	06.08.2016* Ata Extra nº 25	06.08.2020	2016.2.0049	08.08.2016	08.04.2019	EA 02359	08.04.2016	08.04.2019
Patrícia Sales de Oliveira Costa	4 anos	14.06.2016** Ata Extra nº 24	04.04.2020	2017.466	15.03.2017	20.12.2019	EA 02818	20.12.2016	20.12.2019

\* Data da posse em 08.08.2016, retroativa a 06.08.2016

\*\* Data da posse em 14.06.2016, retroativa a 04.04.2016

Comitê de Investimentos estão vinculados os seguintes empregados – 1 (um) assessor, 1 (um) gerente e 1 (um) assistente técnico de previdência complementar - todos certificados:

Nome	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Roberto da Rosa	EA 03651	31.01.2015	31.01.2018
Tadeu Antônio de Freitas	R4V1-COJ1-W1B7 (ANBIMA) CPA-20	06.03.2013	06.03.2018
Wânia Maria Ruotti	EA 03504	16.12.2014	16.12.2017



Comitês Gestores: tomaram posse em 25/06/2015 e estão vinculados os seguintes gestores, por planos de benefícios:

Plano de Benefícios RP	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Ana Cláudia de Oliveira Lopes	Tribunal de Justiça	25.06.2015 Ata nº 39	EA 04792	24.05.2016	24.05.2019
Gilson Rosenfeld Roza	Tribunal de Justiça Militar	25.06.2015 Ata nº 39	EA 05795	22.02.2017	22.02.2020
Marcos Hayazaki	Ministério Público	22.10.2015 Ata nº 43	EA 04780	22.05.2016	22.05.2019
Ricardo Amorim Leite	Defensoria Pública	28.07.2016 Ata nº 52	EA 04544	06.04.2016	06.04.2019
Rogério Luiz Buccelli	UNESP	25.06.2015 Ata nº 39	EA 05105	11.08.2016	11.08.2019
Silvia Mara Correia	Secretaria da Fazenda	25.06.2015 Ata nº 39	EA 04860	10.06.2016	10.06.2019
Yuri Rutkowski	Assembleia Legislativa	25.06.2015 Ata nº 39		**	

\*\* (Conselho Deliberativo concedeu prorrogação até 18.10.2016 para entrega da certificação)

Plano de Benefícios RG	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alexandre Sampaio Zakir	Assembleia Legislativa	30.06.2016 Ata nº 51		*	
Caio Augusto de Oliveira	Secretaria da Fazenda	25.06.2015 Ata nº 39	EA 04863	13.06.2016	13.06.2019
Dalton Abranches Safi	Tribunal de Justiça Militar	25.06.2015 Ata nº 39	EA 05697	16.01.2017	16.01.2020
Lilian Salvador Paula	Tribunal de Justiça	25.06.2015 Ata nº 39	EA 04774	20.05.2016	20.05.2019
Marta Elisabete De Araújo	Ministério Público	25.06.2015 Ata nº 39	EA 04770	19.05.2016	19.05.2019
Ricardo Amorim Leite	Defensoria Pública	25.06.2015 Ata nº 39	EA 04544	06.04.2016	06.04.2019

\* (prazo de entrega de até 1 ano da data da posse)

Plano de Benefícios RG UNIS	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vcto Certificação
Daniel de Souza Coelho	USP	25.06.2015 Ata nº 39	PI 04464	10.03.2016	10.03.2019
Fábio Luiz Engler Graner	UNESP	25.06.2015 Ata nº 39	EI 04347	14.02.2016	14.02.2019
Oswaldo da Rocha Grassiotto	UNICAMP	25.06.2015 Ata nº 39	EA 05278	06.10.2016	06.10.2019

Plano de Benefícios RG UNIS	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Daniel de Souza Coelho	USP	25.06.2015	PI 04464	10.03.2016	10.03.2019
Fábio Luiz Engler Graner	UNESP	25.06.2015	EI 04347	14.02.2016	14.02.2019
Oswaldo da Rocha Grassiotto	UNICAMP	25.06.2015		**	

\*\* (Conselho Deliberativo concedeu prorrogação até 18.10.2016 para a entrega da certificação)

## 7.2 Comentários do Conselho Fiscal

Embora alguns membros titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ainda não possuam certificação, todos ainda estão dentro do prazo para sua aquisição, contados a da data da posse, conforme estabelece o § 1º do artigo 5º da Resolução do Conselho Nacional de



Previdência Complementar de nº 19 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015.

Já com relação aos membros dos Comitês Gestores, esses não estão contemplados na Resolução, no entanto para fins de habilitação e qualificação desses, a SP PREVCOM decidiu pela exigência dos mesmos requisitos cobrados aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Aqueles que ainda não se certificaram, solicitaram prorrogação do prazo.

\*\*\*\*\*

### **Membros Conselho Fiscal**



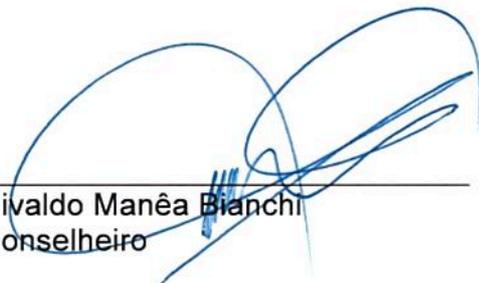
Elaine Cristina Eder  
Conselheira Presidente



Rosana Mitico Kitazume Kaneko  
Conselheira



Tiago José Kich Temperani  
Conselheiro



Nivaldo Manêa Bianchi  
Conselheiro

## Anexos

- I - Políticas de Investimentos
- II - Regulamento do Fundo de Investimento
- III - Lâminas de controle de risco e composição da carteira
- IV - Relatórios de Execução Orçamentária
- V - Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM
- VI - Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS
- VII - Fluxo de Caixa
- VIII - Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final
- IX – Relatórios Gerenciais (2º semestre 2016)